

RESENHA

Inteligência Militar O emprego no Exército Brasileiro e sua evolução

Sergina Maria da Motta ^a

WOLOSZYN, André Luiz. *Inteligência Militar: o emprego no Exército Brasileiro e sua evolução*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2018.

A obra *Inteligência Militar: o emprego no Exército Brasileiro e sua evolução*, de André Luiz Wołoszyn, foi escrita no formato de Introdução, 5 (cinco) Capítulos, e Considerações Finais.

O autor apresenta como objetivo de seu trabalho a pesquisa bibliográfica e documental da evolução do método dedutivo para os processos de busca e análise de dados na força terrestre, desde a Batalha de Guararapes, considerada como marco para a Inteligência Militar em 1648, até a época do pós-Guerra Fria.

O PANORAMA HISTÓRICO

Uma visão geral da matéria desenvolvida, colocando que as informações militares estavam presentes nas centenas de conflitos internos desde o Império até à República, sendo o primeiro material sigiloso anotado como referência normativa datado de 1859, e elaborado pelo Visconde do Rio Branco, que o denominou Regulamento Paranhos, Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros.

A evolução das Informações de Combate para o nível de Inteligência Militar acontece pelo estudo

a Psicóloga. Integrante da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra de São Paulo.



de situações da época e pelo aprendizado prático de batalhas em ambiente físico ou não, agregados aos setores militares. A coleta, busca de dados e informações incluem desde relatos que não possuíam caráter profissional, até a organização em dados eletrônicos pelos aperfeiçoamentos dos métodos (satélites de monitoramento e outros recursos), principalmente no pós-Guerra Fria. A inserção do clero, tanto na parte do poder político como influência exercida até os meados do século XX, são lembrados, apesar de os registros serem raros e a maior parte classificados como sigilosos pelo Vaticano. A classe sacerdotal pode ser considerada como importante e fidedigna fonte de informações nos níveis tático, operacional e estratégico.

1ª FASE MÉTODOS EMPÍRICOS

Informes de guerras coletados pelo Exército de 1648 a 1916, sendo relatados fatos desde a Guerra dos Guararapes até a Guerra do

Contestado. E com isso ratificando-se a necessidade da formação dos Serviços de Informação e Inteligência, com exemplificação de casos documentais.

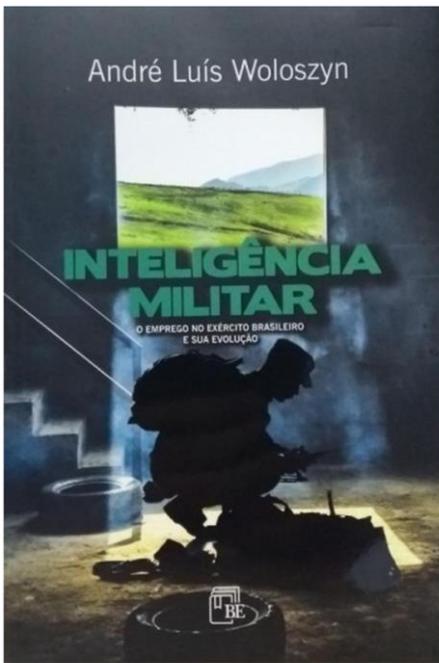
2ª FASE PRIMEIROS PASSOS RUMO À MODERNIZAÇÃO

A partir da declaração de guerra ao império alemão em 26 de outubro de 1917, posicionando-se o Brasil ao lado dos EUA, o princípio de solidariedade continental, trouxe uma movimentação diplomática intensa na defesa dos interesses nacionais, segundo relatórios confidenciais do Ministério das Relações Exteriores, já nessa época, para que se obtivesse um assento permanente na Liga das Nações. Com a Segunda Guerra Mundial, vieram os primeiros manuais de Informações e Contrainformações militares, houve o incremento das operações encobertas, técnicas de propaganda e contrapropaganda e ações de espionagem e sabotagem. Porém em relação ao Brasil, sabe-



se que em especial a contraespionagem mostrou-se incapaz de atuar frente aos experientes agentes estrangeiros. A falta de preparo da FEB na Itália é citada em relatórios confidenciais feitos por militares norte-americanos. Ainda assim, no

concluir que, entre 1943 e 1946, foram criadas estruturas dentro das forças armadas dos EUA e Reino Unido, direcionadas à coleta e busca de dados que, no desenrolar da guerra, foram sendo testadas, reformuladas ou readequadas.



final da campanha, muitos dos informes colhidos foram considerados de extrema importância e, mesmo com erros de avaliação, trouxeram resultados positivos. Pelos relatos expostos pode-se

3ª FASE DOCTRINA E OFICIALIZAÇÃO

Trata o capítulo da Guerra Fria, um período chamado de fase de ouro para as informações militares em tempos de paz. Isso vem pelo alto potencial destrutivo dos arsenais nucleares de EUA e União Soviética (URSS). Com o término da Segunda Guerra Mundial, as operações conjuntas e compartilhamento das informações entre as agências aliadas diminuíram. Porém, na fase inicial da Guerra Fria, entre 1945 e 1960, a ampliação dos serviços de informação nas forças armadas de diversos países foi significativa.

Exemplo disso, na década de 1950, surgiria o projeto ARPA, que



culminou com a criação da Internet, entre outros projetos importantes. Também cabe destacar que conflitos armados deflagrados na Ásia e na América Central levaram ao surgimento de uma nova doutrina, em especial para busca de dados e informações, avanços no campo da contra-inteligência e contrapropaganda. Com esse panorama, surge no Brasil a Escola Superior de Guerra (ESG), que desenvolve uma doutrina adequada à realidade brasileira. A prática de espionagem militar é considerada crime grave de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro de 21/10/1969 (Código Penal Militar). A partir da década de 1970 a conjuntura das atividades de inteligência, espionagem, contra-inteligência e contrapropaganda mudaram radicalmente, devido a programas do governo de alta tecnologia voltados à segurança e defesa, tanto estratégico como comerciais. Entre as décadas de 1970 e 1980, consta no Serviço Nacional de Informações (SNI) que o País era constantemente espionado, pois tinha um projeto secreto voltado ao desenvolvimen-

to de armas nucleares, em conjunto com cientistas iranianos, projeto este que está em evolução para o primeiro submarino de propulsão nuclear, garantindo no futuro hegemonia militar sobre o continente latino-americana.

Cabe destacar a criação, pelos EUA, da MILNET, atualmente Internet, que resultou da disputa tecnológica militar entre norte-americanos e soviéticos, para comunicação e armazenamento de dados científicos.

4ª FASE AS TECNOLOGIAS CIBERNÉTICAS

A inteligência militar do Exército no século XXI; dinâmica e transformações. Apesar das antigas ameaças persistirem, com o avanço das tecnologias para detectar e prever, as operações de inteligência e contra-inteligência são cada vez mais exigidas. Esses avanços permitem maior cobertura de movimentações em tempo real,



rapidez, segurança, grau de certeza sobre os alvos, e outros aportes.

Teve início o uso de diferentes fontes de coletas de dados; HUMINT (humanas), SIGINT (interceptação e decodificação de comunicações e sinais eletromagnéticos), IMINT (interpretação de imagens fotográficas e multiespectrais), OSINT (inteligência impressa e eletrônica) e MASINT (mensuração de diferentes tipos de emissão – sísmicas, térmicas, identificação de veículos e armas). Isso gerou a criação de um novo gerenciador de dados, tornando-se relevantes o compartilhamento com outros órgãos governamentais, pois a abordagem ficou muito mais extensa indo para áreas como armas de destruição em massa (ADM), narcotráfico, tráfico ilegal de armas, ciber guerra, terrorismo, ciberterrorismo e bioterrorismo. O desafio das ameaças cibernéticas está nestas quatro últimas áreas já elencadas, tendo como uma das características, a difícil detecção de quem ou de onde teria partido os ataques ou o patrocinador do mesmo. São primordiais a identificação

e a neutralização dessas ameaças, sendo que depende de um planejamento da estratégia de segurança e defesa, que devem ter sempre em pauta a previsão das hipóteses de emprego da Força Terrestre. A ciberespionagem por sua vez consegue abranger todas as Expressões do Poder Nacional, influenciando o desenvolvimento do Estado. Segundo a Estratégia Nacional de Defesa, cabe ao Exército, Marinha e Aeronáutica o fortalecimento de três setores de importância estratégica, – cibernético, nuclear e espacial, respectivamente. Para isso foi criado, em 2010, o Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCIBER), que integra o Sistema Militar de Defesa e subsidia outros órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e é ligado ao Departamento de Ciência e Tecnologia, no âmbito do Ministério da Defesa.

Essa importância em se tratar de inteligência culminou com o Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016, que estabelece a Política Nacional de Inteligência (PNI). O controle externo desta atividade a



partir de 1999 é feito pelo Congresso Nacional e o controle interno, pelo Ministério da Defesa. A questão da manutenção do sigilo vem sendo debatida em ambientes acadêmicos, pois esses dados, sejam civis ou militares dependem de transparência e legalidade, e ainda fundamentalmente da doutrina e do conhecimento que se está obtendo de todas essas informações e seus efeitos têm impacto direto na esfera governamental e nas instituições militares.

Concluindo parcialmente e em suas considerações finais, Wołoszyn destaca que o Brasil, em se tratando de contrainteligência, tem grandes desafios pela frente no que diz respeito às tecnologias cibernéticas por falta de infraestrutura tecnológica e de pesquisa nessa área, as quais estão sendo aprimoradas pelo investimento nas fontes humanas que geram ou são parte desse sistema.

Tratando-se de passado e presente, os objetivos perseguidos em épocas anteriores pela Inteligência Militar continuam sendo os mes-

mos de hoje: a previsibilidade acerca de possíveis ameaças.

SOBRE O AUTOR

André Luiz Wołoszyn é analista de assuntos estratégicos, especialista em Ciências Penais e Criminologia, diplomado pela Escola Superior de Guerra. Foi analista da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e escreve periodicamente para conceituadas revistas e sites especializados nacionais e internacionais. É associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. *derrota militar.*